ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO SUL
Rua General Daltro Filho, 999 - Fone (0xx54) 3366 1490 - 3366 1455 - CEP 99.660-000

Peça 4191488

DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO - EXERCÍCIO DE 2021

Na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Campinas do Sul - RS, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as Contas de Governo do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2021, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no artigo 71 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, aprovado pela Resolução nº 1.028, de 4 de março de 2015, de acordo com a redação dada pela alínea b do inciso III do art. 2º da Resolução nº 1134/2020, de 09 de dezembro de 2020.

De início, cabe mencionar que o Sistema de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.094/2001, alterada pela Lei 2.479/2017 e reorganizado pela Lei 2.687/2021, tendo designada a servidora para o cargo de agente de controle interno pela portaria 178, de 13 de novembro de 2018.

No decorrer do exercício em análise, a Unidade Central de Controle Interno de Controle Interno desenvolveu suas atividades através da orientação e prestação de informações visando o pleno atendimento das normas legais. Basicamente o Sistema atuou através da sistemática de informar, auditar e fazer recomendações administrativas por meio de relatórios, visando sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas.

Em resumo, durante o exercício de 2021 a Unidade Central de Controle Interno realizou os trabalhos técnicos através da realização de

Página da peça 2
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

procedimentos de auditoria em diversos setores da Administração Direta, bem como no Poder Legislativo, com emissão de Relatórios de Auditoria descrevendo inconformidades, sugerindo recomendações para correções e/ou melhoria de controle, produção de pareceres obrigatórios referente à Lei de Responsabilidade Fiscal e elaboração de respostas a questionários, além de outras informações e esclarecimentos solicitados pelo TCE-RS.

A Unidade de Controle Interno, após análise da documentação das Contas do Prefeito Municipal, relativas ao exercício de 2021, resolve emitir o seguinte parecer, como segue:

ANÁLISE DO ATINGIMENTO, OU NÃO, DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO PLANO PLURIANUAL

Destaca-se que a análise apresentada a seguir consiste na opinião externada por este órgão de Controle Interno com base nas informações contidas no Balancete de Despesas do qual destacamos:

Projeto	Percentual atingido meta orçamentária	Cumprimento da meta física
1002 - Aquisição de Bens Móveis da Administração	100,00%	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

Página da peça 3
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

1004 - Aquisição de Bens Móveis da Educação	100%	Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente.
1005 - Melhorias nas Escolas	100%	Reforma e ampliação das escolas.
1006 - Aquisição de Bens Móveis da Cultura	100%	Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos
1008 - Aquisição de Bens Móveis do Desporto	100%	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
2008 – Manutenção do Ensino básico	97,85%	Aquisição de Material Bibliográfico
2010 - Manutenção da Educação Infantil	88,91%	Aquisição Mobiliário Geral
1011 - Aquisição de Bens Móveis de Obras	100%	Aquisição Caminhão
1031 - Construção da Ponte ERS - 211	100%	Projeto Executivo e de Engenharia da ponte ERS-211
2019 - Manutenção do Departamento de Obras	82,93%	Manutenção das estradas
1015 - Aquisição de Bens Móveis do Urbanismo	100%	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
1017 - Manutenção e Conservação de Ruas e avenidas	282,87%	Pavimentação asfáltica e calçamento
1018 - Canalização de Rios e Saneamento Básico	100%	Limpeza e reconstrução de muro dos riachos

Página da peça 4
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

		que atravessam o perímetro urbano
2020 - Sistema de Iluminação Pública	85,68%	Aquisição de material elétrico – Implantação de lâmpadas de led
2021 - Execução de Serviços Funerários	42,71%	Serviços de melhoria Cemitério Municipal
2022 - Manutenção do Departamento de Urbanismo	106,85%	Aquisição de Material de Sinalização Visual e outrostação de inédita sinalização horizontal
2023 - Manutenção do Departamento de Trânsito	100%	Aquisição de Material de Sinalização – Implantação de sinalização horizontal
2041 - Aquisição e Instalação de Equipamentos de Videomonitoramento	100%	Repasse Recursos ao Conselho Comunitário Pro-Segurança de Campinas do Sul
1019 - Aquisição de Bens Móveis da Saúde	100%	Aquisição de Aparelhos e Equipamentos de Comunicação e veículo
1020 – Melhorias no Hospital municipal		Ampliação do Hospital Municipal de Campinas do Sul
2025 - Bloco de Atenção Básica	81,00%	Aquisição de Permanente/Imobilizado

Página da peça 5
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

2040 - Bloco de Média e Alta Complexidade	97,41%	Aquisição de Veículo
1022 - Aquisição de Bens Móveis CRAS	100%	Aquisição de Aparelhos e Utensílios Domésticos
2019 - Apoio aos Idosos	47,79%	Serviço de Assistência Social
0001 - Incentivos Industriais	100%	Subsídio de juros para incentivo à Indústria e Comércio local
0002 - Incentivos Comerciais	100%	Subsídio de juros para incentivo à Indústria e Comércio local
2033 - Manutenção do Desenvolvimento	107,64%	Aquisição Mobiliário em Geral
0003 – Programa Melhorias das Propriedades Rurais	100%	Subsídio de horas máquina para melhoria nas propriedades rurais
1026 - Aquisição de Bens Móveis da Agricultura	100%	Aquisição de Materiais Permanentes
2038 - Manutenção Da Defesa Civil	274,04%	Aquisição de Material

Com base na análise do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Balancete da Despesas por Secretaria, verificou-se que houve várias alterações no orçamento, as quais estão previstas nos artigos 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64 que dispõe sobre a abertura e classificação de créditos adicionais, observou-se ainda a existência de autorização legal para

Página da peça 6
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

a abertura dos créditos, bem como, a existência de recursos indicados para sua cobertura.

Pelas evidências encontradas recomenda-se melhor planejamento das ações, a fim de conciliar as metas orçamentárias e metas físicas conforme previsão no PPA. Devendo para os próximos exercícios melhorar a apresentação de dados referente as metas físicas, possibilitando uma melhor análise.

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE E TEMPESTIVIDADE DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Foram analisadas as contas bancárias e após a análise das conciliações bancárias, a auditoria não identificou irregularidades.

Quanto a tempestividade das conciliações bancárias, constatou-se que são realizadas as conciliações mensais/anuais.

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto aos Restos a Pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2021 demonstra que o total de empenhos a liquidar não processados foi de R$ 1.184.153,40; o total de empenhos processados a pagar foi de R$ 119.655,89. Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2021 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte demonstrativo:

Página da peça 7
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

RECURSO	Disponibilidades	Restos Processados	Restos Não Processados	Saldo
0001 Recurso Livre	2.318.371,58	3.279,01	63.515,72	2.251.576,85
0020 MDE	604.024,73	7.226,99	584.481,51	12.316,23
0040 ASPS	148.637,65	78.185,50	43.611,98	26.840,17
1521 Asfalto Portaria 424/2016	5.804,20	3.775,23	00,00	2.028,97
4050 Farmácia Básica – Farmácia Estadual	4.436,19	2.954,21	145,35	1.336,63
4230 Hospitais Públicos Municipais - Parceria Resolve	431.284,17	00,00	292.605,02	138.679,15
4500 Custeio Atenção Básica	794.922,84	3.627,30	6.861,69	784.433,85
4503 Custeio Assistência Farmacêutica	4.877,35	1.357,10	580,40	2.939,85
5023 MDR Convênio 881885/2018	215.591,85	19.250,55	192.351,73	3.989,57
Outras Disponibilidades	2.919.921,32	00,00	00,00	2.919.921,32
TOTAIS	**7.447.871,88**	**19.655,89**	**1.184.153,40**	**6.144.062,59**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito cabem as seguintes considerações:

O Município realizou Operação de Crédito no exercício econômico e financeiro de 2021 no valor de R$ 450.000,00, estando dentro dos limites permitidos pela legislação federal.

O Município não realizou qualquer Operação de Crédito através de Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2021.

Página da peça 8
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

DESPESA COM PESSOAL

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os Artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

Receita Corrente Líquida (RCL)	30.865.783,92	% S/ RCL
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	**12.825.768,92**	**41,55%**
Limite de alerta conforme artigo 59, § 1º, II da LRF	15.000.770,99	48,60%
Limite prudencial conforme artigo 22, § único da LRF	15.834.147.15	51,30%
Limite legal conforme artigo 20, III, "b" da LRF	16.667.523,32	54,00%

Verifica-se que o índice das despesas com pessoal está situado abaixo do limite de alerta, de que trata o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000.

Constatou-se que a Unidade de Pessoal guarda em arquivo as declarações de bens e rendas de todos os agentes públicos lotados no Poder Executivo.

BENS PATRIMONIAIS, ALIENAÇÃO E INVENTÁRIO

Os bens móveis do Município foram inventariados no exercício econômico e financeiro de 2021 e os saldos dos bens no controle patrimonial guardam conformidade com os saldos contábeis.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício econômico e financeiro de 2021 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

No exercício econômico e financeiro de 2021 não houve receita decorrente da alienação de bens integrantes do Ativo Permanente. Contudo os respectivos recursos de alienação de exercícios anteriores foram depositados

Página da peça 9
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

em contas bancárias específicas, sendo que sua aplicação respeitou a legislação vigente.

Quanto ao almoxarifado, verificou-se que os estoques de materiais de consumo são proporcionais às necessidades contínuas dos setores que os utilizam, a avaliação dos bens do almoxarifado se deu pelo preço médio ponderado das compras, como dispõe o art. 106, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

DÍVIDA CONSOLIDADA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2021, a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Receita Corrente Líquida RCL	30.865.783,92	% S/ RCL
Dívida Consolidada	8.983,84	
(-) Deduções	-7.328.215,99	
(=) Dívida Consolidada Líquida	**00,00**	**0,00%**
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	33.335.046,63	108,00%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	43.366.717,34	120,00%

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2021, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que todas foram escrituradas em conformidade com as

Página da peça 10
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excederam o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais:

Despesa Fixada		**26.836.588,40**
Créditos Suplementares	12.099.526,34	
Créditos Especiais	1.631,40	
(-) Reduções	-8.025.201,06	
Total da Despesa Autorizada		**30.912.545,08**

Estes créditos adicionais autorizados são provenientes da utilização dos seguintes recursos:

Superávit Financeiro	1.808.250,55
Excesso de Arrecadação	1.914.015,60
Suplementação de Dotações mesma Entidade	7.928.891,59
Operações de Crédito	450.000,00
Total	**12.101.157,74**

Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no artigo 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2021.

Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portarias Ministeriais.

Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Página da peça 11
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

As Notas de Empenho e respectivos pagamentos estão acompanhados de documentação comprobatória.

No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.

DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2021, mediante a aplicação do seguinte teste:

Saldo Anterior do ativo disponível (Caixa e Bancos)	4.567.819,80
(+) Receita Orçamentária Realizada	31.813.927,77
(+) Receita Extra Orçamentária	3.987.783,25
(+) Transferências Financeiras Recebidas	00,00
(-) Despesa Orçamentária realizada (Empenhada)	-28.959.791,92
(-) Despesa Extra Orçamentária	-2.901.867,02
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-1.060.000,00
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/20 (Caixa e Bancos)	**7.447.871,88**

Página da peça 12
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo, foi verificada a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.

Ativo Circulante	8.630.822,26
Ativo Não Circulante	54.385.236,77
TOTAL ATIVO	**63.016.059,03**
Passivo Circulante	3.377.227,01
Passivo Não Circulante	00,00
Passivo Real	**3.377.227,01**
Saldo Patrimonial	59.638.832,02
TOTAL PASSIVO	**63.016.059,03**

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2021.

(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	32.941.685,13
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	28.919.483,54
(=) Resultado Patrimonial do Exercício (superávit)	**4.022.201,59**

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, demonstrando a consistência das informações contábeis.

CUMPRIMENTO DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Verificou-se que não houve decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2021.

Página da peça 13
Peça 4191488
DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO

PARECER

Diante do exposto, o Controle Interno é de Parecer que as principais metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do exercício econômico e financeiro de 2021, foram adequadamente atingidas de acordo com as disponibilidades financeiras.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

A análise da movimentação financeira e orçamentária relativa ao período em análise foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis. A consistência dos dados apresentados está de acordo com as operações efetuadas no exercício econômico e financeiro de 2021.

Ante o exposto, **a Unidade de Controle Interno emite parecer favorável**, sem ressalva.

É o relatório e parecer.

Campinas do Sul/RS, 17 de março de 2022.

Adriana Inês Zandonai
CRC/RS-070281/0-4
Agente de Controle Interno